



COMPLEXO DO HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Rua General Carneiro, nº 181 - Bairro Alto da Glória
Curitiba-PR, CEP 80060-900
- <http://chc-ufpr.hubrasil.gov.br>

RCC 3.0 - Termo de Comodato

Processo nº 23759.002918/2026-73

TERMO DE COMODATO

MINUTA DE TERMO DE COMODATO Nº, CELEBRADO
ENTRE A EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES –
EBSERH E A EMPRESA

COMODATÁRIA: A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, *unidade*, sediado(a) na, CNPJ, UG-....., neste ato representada pelo seu *Presidente ou Superintendente, (nome), (matrícula funcional)*, nomeado por *(ato de nomeação)*, publicado no *(Boletim/DOU)*, de *(data da publicação)* e por seu *Diretor ou Gerente, (nome), (matrícula funcional)*, nomeado por *(ato de nomeação)*, publicado no *(Boletim/DOU)*, de *(data da publicação)*, ambos no uso das atribuições conferidas pelo art. 277 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh, versão 3.0, aprovado por meio da Resolução n.º 297/2025 do Conselho de Administração;

COMODANTE:, com sede na, CEP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, representada neste ato por*(nome)*, CPF n.º, *conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos;*

Conforme Processo Administrativo n.º, de acordo com o *Pregão Eletrônico n.º.....*, proposta comercial apresentada, Termo de Referência, seus encartes e anexos, a COMODATÁRIA e a COMODANTE celebram o presente Termo de Comodato, nos termos da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do Regulamento de Compras e Contratos, versão 3.0 (RCC 3.0), dos normativos internos da Ebserh, dos artigos 579 a 585 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a disponibilização, para o(s) item(ns) do GRUPO ÚNICO n.º (1,2,3,4,5,6,7,8 e 9) do Termo de Referência, do(s) seguinte(s) bem(ns) em regime de comodato, conforme as exigências descritas no Termo de Referência:

1.1.1. GRUPO 1 - ITENS SIH 18095, 18499, 23297, 23298, 26982, 26983, 26984, 26985 e 26986:

A contratada deverá fornecer em regime de comodato os sistemas terapêutico de hemodiálise que permita atendimento de pacientes com insuficiência renal aguda e crônica.

Os sistemas devem ser compostos pelos seguintes itens:

ITENS QUE COMPÕE O SISTEMA	QUANTITATIVO
Reservatório de água tratada ultrapura para hemodiálise com capacidade de 1.100L (hum mil e cem litros), podendo variar em +- 10% do volume, a ser instalado no subsolo do anexo H do CHC-UFPR e um Reservatório de água tratada ultrapura para hemodiálise com capacidade de 500 L (quinhentos litros), podendo variar em +- 10% do volume, a ser instalado no 12º andar do prédio central do CHC-UFPR.	2
Preparador para solução de diálise e desinfecção do sistema compatível com o sistema de tratamento de água fornecido	2
Set de instalação do sistema em tubulação PEX	2

Sistema de tratamento de água para hemodiálise a partir de pré tratamento e osmose reversa, com produção de no mínimo 250 l/h. A máquina deverá fornecer o produto água com a qualidade exigida segundo as normativas relacionadas à hemodiálise em âmbito nacional.	2
Máquina de hemodiálise portátil com recipiente para dialisato acoplado em vidro com capacidade mínima de 90 (noventa) e máxima de 120 (cento e vinte) litros e luz central ultravioleta, com registro no Ministério da Saúde (MS)	6
Componentes para manutenção do sistema: pastilha de sal; equipo em Y para coleta de amostras laboratoriais; filtros para substituição da osmose; ácido peracético a 3,4% em galões de 5 L; rolos de etiquetas para preparadores; conectores para máquinas e preparador; cartão de controle da máquina.	Conforme estabelece protocolo de higienização

1.1.2. O sistema de hemodiálise deverá ter as seguintes características:

- 1.1.2.1. Equipamento com reservatório fechado de capacidade aproximada de 90 litros, que não necessite de suprimento de água, nem de ponto de drenagem e que permita a realização de hemodíalises em qualquer leito do hospital;
- 1.1.2.2. Bateria para autonomia de 01 (uma) hora de funcionamento;
- 1.1.2.3. Controle volumétrico de ultrafiltração;
- 1.1.2.4. Detector de ar;
- 1.1.2.5. Operação com dialisadores de qualquer tipo, tanto de baixo como de alto fluxo;
- 1.1.2.6. Sistema de alarme sonoro e visual, interrompendo automaticamente a operação de diálise em situação de riscos para o paciente.
- 1.1.2.7. Central de preparo de solução de diálise com reservatório de água tratada e desinfecção das máquinas, dotada de câmara de mistura para produzir (01) um dialisato homogêneo e de pronto uso, com controle automático de temperatura e condutividade.
- 1.1.2.8. Durante o período do contrato, serão de responsabilidade do fabricante as manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos, obedecendo ao cronograma técnico, e realizadas no período máximo estabelecido com o usuário, incluindo o fornecimento das peças necessárias para o perfeito funcionamento do sistema.

1.2. Vinculam este Termo de Comodato, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. o Termo de Referência;
- 1.2.2. o instrumento convocatório;
- 1.2.3. a proposta da COMODANTE;
- 1.2.4. eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR DO(S) BEM(NS)

2.1. O valor do(s) bem(ns) expresso em moeda nacional, conforme nota(s) fiscal(is) n.º, apresentada(s) pela COMODANTE e emitida em, é de:

2.1.1.(descrever o valor do bem descrito na nota fiscal de compra);

2.2. O valor identificado acima não estabelece qualquer vínculo financeiro entre as partes, servindo apenas para identificar o valor do(s) bem(ns) em caso de sinistro.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Comodato é de, com início na data de e encerramento em, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 188 do RCC 3.0.

4. CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA COMODANTE

4.1. São obrigações da COMODANTE:

- 4.1.0.1. Fornecer os equipamentos do Sistema Genius em regime de comodato, oferecendo serviços de treinamentos (nos três turnos - manhã, tarde e noite, no início do contrato e sempre que solicitado), manutenção preventiva, corretiva com total fornecimento de peças, partes e acessórios sem custo adicional ao CHC-UFPR;

4.1.0.2. A contratada deverá realizar a desinfecção do sistema (mensal e sempre que necessário), manutenção corretiva sempre que necessário e preventiva conforme cronograma, para atender aos parâmetros de qualidade da água estabelecidos no Quadro II do Anexo da RDC 11 DE 13/03/2014.

4.1.0.3. Oferecer garantia e assistência técnica preventiva e corretiva (24 horas), local e durante toda a vigência do contrato;

4.1.0.4. A assistência preventiva será realizada conforme protocolos definidos pelo fabricante, com cronograma pré-estabelecido no ato da contratação e mediante agendamento prévio com o Serviço de Nefrologia do CHC-UFPR;

4.1.0.5. A assistência técnica corretiva será realizada através de abertura de chamados técnicos via site, com confirmação instantânea, e prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para atendimento, exceto quando houver necessidade de peças, sendo este o prazo de até 72 (setenta e duas) horas para reparo efetivo, (inclusive com troca de peças, se necessário), devendo sempre ser garantida a continuidade de prestação de serviços, sem prejuízos qualitativos e quantitativos dos mesmos.

4.1.0.6. A contratada deverá apresentar uma declaração, por escrito, que possui um plano de contingência de segurança, com limite de até 8 (oito) horas para diagnóstico/reparo dos equipamentos, quando for ultrapassar o prazo máximo de horas, entre o reparo até a resolução do problema, uma vez que o tratamento hemodialítico não pode ser descontinuado, devendo a mesma providenciar o conserto e/ou reposição de peças e/ou máquinas, se necessário, bem como o ônus da realização das sessões de hemodiálise por outros serviços de atendimento hemodialítico, caso não consiga efetivar o reparo em um tempo hábil.

4.1.0.7. Oferecer assessoria científica, bem como treinar todos os médicos, enfermeiros técnicos do serviço de Nefrologia e técnicos do Serviço de Engenharia Clínica, envolvidos na utilização dos equipamentos sem nenhum ônus para a instituição, de forma continuada, fazendo parte da educação permanente, a ser estabelecida em datas previamente agendadas com o Serviço de Nefrologia e Engenharia Clínica do CHC;

4.1.0.8. Apresentar certificado de registro no Ministério da Saúde, tanto para os “kits” quanto para os equipamentos a serem fornecidos em comodato.

4.1.1. Critérios de Manutenção:

4.1.1.1. Quanto à manutenção corretiva:

4.1.1.1.1. Entende-se por manutenção corretiva, as intervenções técnicas necessárias quando da parada imprevista ou mau funcionamento de um ou mais equipamentos.

4.1.1.1.2. Os serviços executados devem compreender a colocação do equipamento em condição normal de funcionamento a emissão de relatório de manutenção, no qual, deverá constar os serviços executados e os componentes e/ou software (s) substituídos que deverão ser entregues ao fiscal de contrato após as intervenções.

4.1.1.1.3. Todos os custos relacionados à manutenção corretiva, preventiva ou calibração deverão ser de responsabilidade do fornecedor, independentemente da natureza da falha ou serviço. Incluir: custos de mão de obra, deslocamento, alimentação e hospedagem dos consultores técnicos, ferramentas, equipamentos de medição, outros itens utilizados na manutenção, custos para envio de peças e/ou máquinas, equipamentos ou suas peças e acessórios.

4.1.1.1.4. O número de visitas de manutenção corretiva será ilimitado, consequentemente a empresa fornecedora deverá prestar o atendimento sempre que acionada

4.1.1.1.5. O fornecedor deverá disponibilizar número de telefone e e-mail para realização dos contatos.

4.1.1.2. Quanto à manutenção preventiva:

4.1.1.2.1. Manutenções preventivas são as realizadas com o objetivo de prevenir falhas e aumentar a vida útil do equipamento.

4.1.1.2.2. As manutenções preventivas deverão seguir os procedimentos e periodicidade indicados pelo fabricante.

4.1.1.2.3. Todas as peças de reposição para realização das manutenções preventivas e corretivas deverão estar incluídas e sem custos.

4.1.1.2.4. Todos os instrumentos utilizados na calibração e aferição das máquinas de hemodiálise deverão ser rastreáveis e certificados por empresas que atendem a RBC – Rede Brasileira de Calibração.

4.1.1.2.5. A fornecedora deverá a cada realização de manutenção a cópia do laudo de manutenção para arquivo junto ao Setor de Engenharia Clínica do hospital.

4.1.1.3. A troca de todos os equipamentos de hemodiálise será realizada conforme necessidade.

4.1.1.4. As trocas de peças decorrentes da manutenção em (filtros, conectores, cartões, Etiquetas e Galões) deverão ocorrer no momento da manutenção corretiva e serão realizadas sem ônus para CHC-UFPR;

4.1.2. No caso de o(s) equipamento(s) enviado(s) não observar(em) as especificações indicadas neste Contrato, a COMODANTE terá o prazo de 24h para atendimento e de 48h para a efetiva correção ou a substituição, sob pena de aplicação das sanções descritas no Termo de Referência;

4.1.3. Providenciar a disponibilização de Nota Fiscal de Remessa em Comodato, contendo o quantitativo, descritivo do(s) bem(ns) comodatado(s), número de série e demais informações que facilitem o controle;

4.1.4. Entregar o(s) equipamento(s) em perfeitas condições de funcionamento, devidamente revisados, calibrados e com certificações técnicas vigentes;

4.1.5. Fornecer todos os manuais técnicos, instruções de operação, especificações técnicas e documentação necessária ao uso adequado do(s) equipamento(s) em língua portuguesa;

4.1.6. Garantir que o(s) equipamento(s) atende(m) às normas técnicas aplicáveis, especificações contratuais e regulamentações sanitárias/ambientais pertinentes;

4.1.7. Identificar o(s) equipamento(s) com o nome e número de patrimônio da empresa;

4.1.8. Substituir o contingente presente na COMODATÁRIA mediante operação "casada" entre a atual fornecedora e a futura fornecedora, evitando danos à assistência do paciente;

4.1.9. Prestar assistência técnica especializada durante todo o período do comodato, incluindo treinamento inicial dos servidores que operarão o(s) equipamento(s);

4.1.9.1. *Os treinamentos deverão ser realizados em quantidade e frequência suficientes, de modo a capacitar os profissionais envolvidos na utilização do(s) equipamento(s), cobrindo todos os turnos e unidades assistenciais contempladas pelo(s) equipamento(s) disponibilizado em comodato. Deverá ser prevista pela COMODANTE a execução do treinamento dos usuários em tempo oportuno e antecipado em relação à efetiva entrada do(s) equipamento(s) em uso na rotina assistencial, com vistas a assegurar a capacitação dos usuários e a mitigar riscos para os pacientes.*

4.1.10. Realizar manutenções preventivas e corretivas do(s) equipamento(s) de forma a conservá-lo(s) em perfeito estado de funcionamento, conforme cronograma técnico estabelecido/orientações do fabricante, sem ônus para a COMODATÁRIA;

4.1.10.1. Quando da efetivação das manutenções preventivas e corretivas do(s) equipamento(s), a COMODANTE deverá realizar o preenchimento de *documento de ordem de serviço*, a ser entregue no Serviço de Nefrologia, Engenharia Clínica e Setor de Patrimônio;

4.1.10.2. A chamada para assistência técnica corretiva será realizada por meio de e-mails ou outros canais *próprio para acionamento dos chamados que poderá ser especificado pela empresa*;

4.1.10.3. A manutenção corretiva imprescindível para o restabelecimento do funcionamento do(s) equipamento(s) comodatado deverá ser realizada no prazo máximo de 48 (*quarenta e quatro* horas), contadas a partir da comunicação formal da falha pela COMODATÁRIA à COMODANTE;

4.1.10.4. Caso o prazo descrito no subitem anterior seja ultrapassado, a COMODANTE se compromete a fornecer outro(s) equipamento(s) de mesma qualidade e especificações técnicas, em substituição ao(s) equipamento(s) originalmente entregue(s), até que o reparo seja concluído, assegurando a continuidade do uso pela COMODATÁRIA, sem qualquer custo adicional.

4.1.11. Responder por todos os custos relacionados à troca de peças no(s) equipamento(s), de caráter corretivo e preventivo, incluindo os casos de falhas fortuitas relacionadas a possível variação na rede elétrica;

4.1.12. Realizar a retirada do(s) equipamento(s) cedido(s) em comodato no prazo a ser estipulado pela COMODATÁRIA;

4.1.13. Responsabilizar-se por todas as despesas referentes a impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, inclusive o custo comercial, inerentes ao objeto do comodato;

4.1.14. Caso a COMODANTE constatare mau uso pela COMODATÁRIA, a COMODANTE deverá fornecer Laudo Técnico anexando fotos e/ou outros documentos que comprovem o ocorrido, devendo arcar com as despesas financeiras decorrentes de tal procedimento;

4.1.15. *Manter estoque mínimo de peças de reposição e insumos para atendimento emergencial em até 24 (vinte e quatro) horas;*

4.1.16. *Disponibilizar canal de atendimento técnico 24 (vinte e quatro) horas para suporte e emergências;*

5. CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA COMODATÁRIA

5.1. São obrigações da COMODATÁRIA:

- 5.1.1. utilizar o(s) equipamento(s) exclusivamente para as finalidades públicas especificadas no contrato;
- 5.1.2. designar servidores capacitados e devidamente treinados para operação do(s) equipamento(s);
- 5.1.3. disponibilizar local adequado e seguro para instalação do(s) equipamento(s), com infraestrutura necessária (energia, água, climatização, etc.);
- 5.1.4. zelar pela guarda e conservação do(s) equipamento(s), aplicando as normas de uso estabelecidas pela COMODANTE;
- 5.1.5. permitir o acesso dos técnicos da COMODANTE para realização de manutenções, mediante agendamento prévio;
- 5.1.6. comunicar imediatamente à COMODANTE qualquer defeito, avaria, furto, roubo ou sinistro envolvendo o(s) equipamento(s);
- 5.1.7. utilizar exclusivamente os insumos fornecidos pela COMODANTE, vedada a aquisição ou uso de produtos de terceiros no(s) equipamento(s);
- 5.1.8. restituir o(s) equipamento(s) nas mesmas condições em que foram recebidos, considerado o desgaste natural pelo uso adequado;
- 5.1.9. observar todas as normas de segurança, higiene e ambientais aplicáveis ao uso do(s) equipamento(s);
- 5.1.10. não transferir, emprestar ou ceder o uso do(s) equipamento(s) a terceiros, ainda que outros órgãos públicos;
- 5.1.11. (indicar outras obrigações específicas para o objeto comodatado).

6. CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 6.1. As sanções relacionadas à execução do Termo de Comodato estão definidas no **Termo de Referência**.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – EXTINÇÃO DO TERMO DE COMODATO

- 7.1. O Termo de Comodato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo fixado, ou quando vencido o prazo fixado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes, sem a devida prorrogação.

- 7.2. A rescisão do Termo de Comodato pode ocorrer nas seguintes hipóteses:

- 7.2.1. por ato unilateral formalizado pela COMODATÁRIA, por algum dos motivos do art. 227 do RCC 3.0, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

- 7.2.1.1. A rescisão por ato unilateral deverá ser precedida de regular processo administrativo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa à COMODANTE com prazo não inferior a 10 (dez) dias úteis.

- 7.2.2. de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a COMODATÁRIA;

- 7.2.2.1. O inadimplemento contratual de ambas as partes autoriza a rescisão amigável, que deve ser formalizada por distrato.

- 7.2.2.2. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais por apenas uma das partes sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.

- 7.2.3. de forma judicial, por determinação judicial.

- 7.3. A extinção do *Termo de Contrato* não acarreta automaticamente a extinção do Termo de Comodato, que tem prazo de vigência próprio.

- 7.4. A extinção do Termo de Comodato, formalizada por Termo de Rescisão Unilateral ou Distrato, será precedida, sempre que possível, de:

- 7.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

- 7.4.2. indenizações e multas.

7.5. Formalizada a extinção, o extrato do Termo de Rescisão Unilateral ou Distrato deverá ser publicado no Diário Oficial da União, no Portal da Ebserh e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme o art. 230 do RCC 3.0.

8. CLÁUSULA OITAVA – ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações do Termo de Comodato serão regidas pela disciplina do art. 196 e seguintes do RCC 3.0.

8.2. Registros que não caracterizam alteração do Termo de Comodato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo.

9. CLÁUSULA NONA – PUBLICAÇÃO

9.1. A COMODATÁRIA providenciará a publicação no Diário Oficial da União, no Portal da Ebserh e no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme o art. 278 do RCC 3.0.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – FORO

10.1. É eleito o Foro da da Justiça Federal em, *Seção ou Subseção Judiciária do* para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Comodato que não possam ser compostos pela conciliação.

Local e data

<div>COMODATÁRIA</div> <div><i>Presidente / Superintendente</i></div> <div>COMODATÁRIA</div> <div><i>Diretor / Gerente - Ebserh</i></div>	<div>COMODANTE</div> <div><i>Cargo / Representante Legal</i></div>
---	--

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Nota Explicativa: O Termo de Contrato assinado por duas testemunhas é considerado título executivo extrajudicial, nos termos do art. 784, inciso III, do Código de Processo Civil (CPC), sendo dispensada a assinatura de testemunhas quando utilizada qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei com integridade conferida por provedor de assinatura, conforme prevê o § 4º do mesmo dispositivo. Nesse sentido, somente é necessária a assinatura de duas testemunhas, para atender ao disposto no art. 784, inciso III, do CPC, quando o documento for assinado por qualquer das partes fora do SEI e sem utilização de assinatura eletrônica com integridade conferida por provedor de assinatura (Parecer - SEI 10 - [47407629](#))



Documento assinado eletronicamente por **Valciene Rufino Ferreira de Azevedo, Analista Administrativo**, em 05/05/2026, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ingrid Scholz, Chefe de Setor**, em 05/05/2026, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Andreia Aparecida Correa Rubbo, Chefe de Unidade**, em 06/05/2026, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **60520105** e o código CRC **7EBAB33C**.

Referência: Processo nº 23759.002918/2026-73 SEI nº 60520105

Criado por [valciene.azevedo](#), versão 2 por [valciene.azevedo](#) em 05/05/2026 11:51:10.